



Edição No. 1156 | 27 de Março de 2026

# As barreiras à educação, ao trabalho e à segurança persistem para as mulheres guineenses, apesar do apoio aos direitos iguais

Afrobarometer Edição 1156 | Sueli Lopes Santy e Maame Akua Amoah Twum

## Sumário

As mulheres representam aproximadamente metade da população mundial, mas enfrentam desigualdades persistentes que limitam o exercício pleno dos seus direitos e a sua participação equitativa no desenvolvimento social, político e económico. Essa realidade constitui uma violação dos direitos humanos fundamentais, bem como um obstáculo à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Nações Unidas, 2015). Apesar de se terem registado importantes progressos, ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar a plena igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, conforme ilustrado pelas taxas desproporcionais de pobreza entre as mulheres (ONU Mulheres, 2022).

Em Guiné-Bissau, estas desigualdades são moldadas por um contexto de instabilidade política, fragilidade institucional e elevada informalidade económica, refletindo-se em constrangimentos no acesso à educação, ao emprego formal, à inclusão financeira e ao controlo de ativos produtivos, bem como na persistência de normas socioculturais patriarcais que restringem a participação feminina nas decisões familiares e públicas (Banco Mundial, 2023a, b). A aprovação da Lei da Paridade constitui um marco importante para ampliar a representação política das mulheres, embora a sua implementação ainda enfrente desafios ligados à fraca aplicação de sanções em caso de incumprimento.

Nas eleições legislativas de 2023, as mulheres conquistaram apenas 11 dos 102 lugares no Parlamento, evidenciando uma lacuna significativa entre os compromissos legais e a prática política. Apesar de a Lei da Paridade de género exigir que 36% dos lugares sejam ocupados por mulheres, este objetivo continua por cumprir. Na prática, muitos partidos políticos continuam a contornar o espírito da lei ao colocar mulheres em posições nas listas eleitorais com pouca ou nenhuma probabilidade real de serem elegidas, limitando assim a sua representação efetiva no Parlamento (Comissão Nacional de Eleições, 2023).

Os dados do Afrobarometer, Ronda 10 (2025) indicam que a maioria dos cidadãos apoia a igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego remunerado e na participação política. No entanto, os resultados revelam desafios persistentes relacionados com a segurança e a proteção das mulheres. Uma grande parte da população afirma que as mulheres frequentemente sofrem assédio sexual em espaços públicos, como mercados, ruas e transportes. E uma grande maioria acredita que a polícia e os tribunais devem intensificar a proteção de mulheres e meninas.

## Pesquisas do Afrobarometer

O Afrobarometer é uma rede pan-africana e apartidária de pesquisa por inquérito que fornece dados fiáveis sobre as experiências e avaliações dos africanos em relação à democracia, à governação e à qualidade de vida. Desde 1999, foram concluídas 10

rondas de inquérito em até 45 países. Os inquéritos da Ronda 10 (2024/2025) abrangem 38 países.

A equipa do Afrobarometer na Guiné-Bissau, liderada pelo Instituto Guineense de Pesquisa Aplicada para o Desenvolvimento (IGPAD), entrevistou uma amostra nacionalmente representativa de 1.200 adultos guineenses em Julho a Setembro de 2025. Uma amostra desse tamanho produz resultados em nível de país com uma margem de erro de +/-3 pontos percentuais a um nível de confiança de 95%.

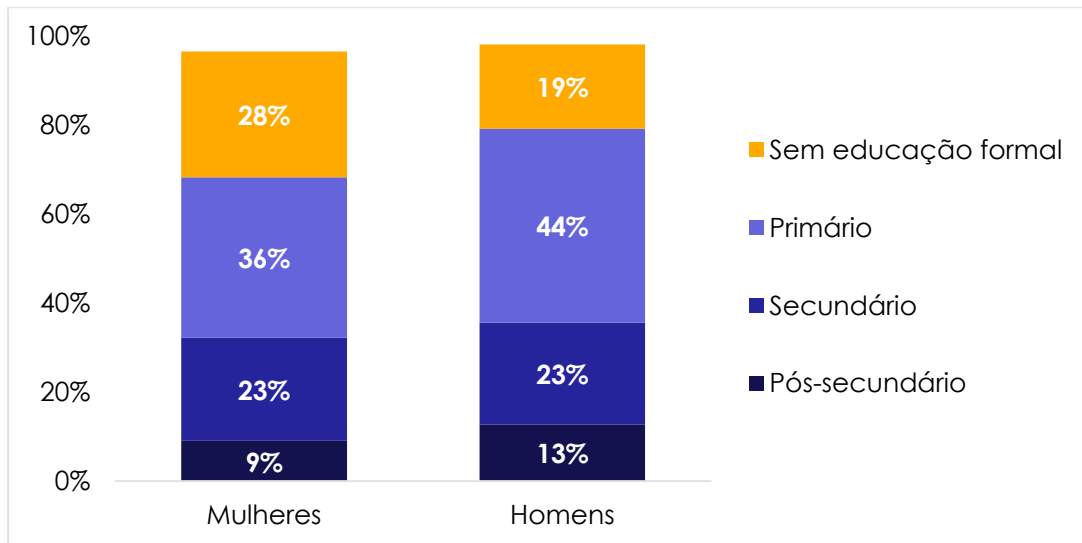
## Principais resultados

- Na Guiné-Bissau, as mulheres têm menor probabilidade de possuir ensino pós-secundário (9% vs. 13%) e têm o dobro da probabilidade de não possuir escolaridade formal (28% vs. 19%).
  - Três quartos (76%) dos Guineenses afirmam que é raro ou inexistente que as famílias impeçam as meninas de frequentar a escola por priorizarem a educação dos rapazes, mas 22% dizem que isso acontece frequentemente.
  - Quase metade (45%) dos cidadãos afirmam que as alunas “frequentemente” ou “sempre” enfrentam discriminação, assédio e pedidos de favores sexuais por parte dos seus professores.
- Entre os adultos em idade ativa, os homens têm mais probabilidade do que as mulheres de ter um emprego em tempo integral (17% vs. 7%) ou em tempo parcial (17% vs. 12%).
  - A preferência dos empregadores por contratar homens e não é socialmente aceito que mulheres tenham empregos são mais frequentemente apontadas como as principais barreiras à entrada e progressão das mulheres no mercado de trabalho.
  - Cerca de um terço (35%) dos entrevistados relatam que as mulheres são “frequentemente” ou “sempre” impedidas pelos seus maridos ou familiares de exercer emprego remunerado.
- Cerca de dois terços (67%) dos Guineenses afirmam que as mulheres devem ter a mesma oportunidade que os homens de serem eleitas para cargos públicos.
  - As mulheres têm 10 pontos percentuais mais probabilidades do que os homens de apoiar a neutralidade de género na liderança política (72% vs. 62%).
- Mais da metade (55%) dos Guineenses afirmam que as mulheres “frequentemente” ou “sempre” sofrem assédio sexual em espaços públicos, como mercados, ruas e transportes públicos.
  - Uma pequena maioria (53%) afirma que é provável que mulheres e meninas sejam acreditadas se denunciarem discriminação ou assédio.
  - Mas uma maioria ainda maior (81%) afirma que a polícia e os tribunais devem fazer mais para proteger mulheres e meninas contra discriminação e assédio.

## Desigualdade de género: Educação

A Guiné-Bissau apresenta uma desigualdade de género significativa no nível de escolaridade. Em comparação com os homens, as mulheres têm menor probabilidade de possuir ensino pós-secundário (9% vs. 13%) e têm o dobro da probabilidade de não possuir escolaridade formal (28% vs. 19%) (Figura 1).

**Figura 1: Nível de educação** | por género | Guiné-Bissau | 2025



**Pergunta aos entrevistados:** Qual o nível mais alto de educação que completou?

Estas desvantagens podem refletir vestígios de normas sociais e comportamentos que afetam negativamente as oportunidades educacionais das meninas. Um em cada 5 cidadãos (22%) afirmam que as meninas são “frequentemente” ou “sempre” impedidas de frequentar a escola porque as suas famílias priorizam a educação dos rapazes, embora 76% digam que isso acontece “raramente” ou “nunca” (Figura 2).

Quase metade (45%) dos entrevistados relatam que as alunas são “frequentemente” ou “sempre” discriminadas, assediadas ou pressionadas a conceder favores sexuais por professores. quase metade (47%) dos entrevistados afirmam que isso é raro ou inexistente.

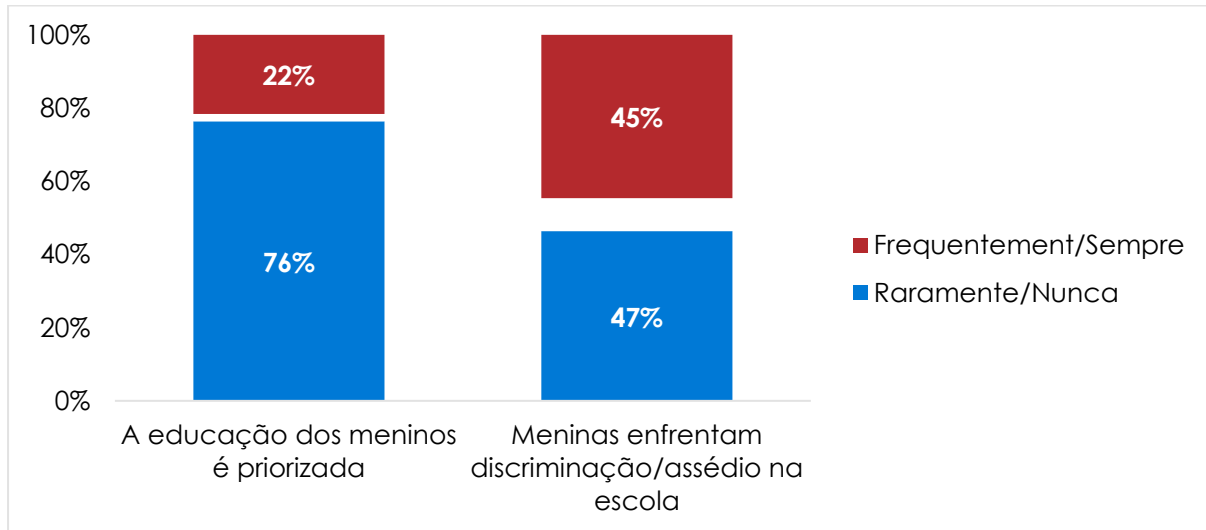
As perceções de que os rapazes recebem frequentemente maior prioridade do que as meninas no que diz respeito à escolaridade são mais comuns nas zonas rurais do que nas cidades (26% vs. 15%) (Figura 3).

Relatos de que a educação dos rapazes é priorizada em detrimento da das raparigas são particularmente comuns entre os cidadãos que enfrentam elevados níveis de pobreza vivida (43%) e entre aqueles que não possuem educação formal (30%).<sup>1</sup>

A discriminação e o assédio frequentes de meninas na escola são menos frequentemente percebidos pelos idosos (33%) do que pelos entrevistados mais jovens (41%-61%). Estas perceções aumentam com a experiência de pobreza dos entrevistados, variando de 33% entre aqueles que não vivenciam pobreza vivida até mais de metade entre os mais pobres (54%). As mulheres percebem estes problemas com maior frequência do que os homens (48% vs. 42%) e, de forma geral, a perceção aumenta com o nível de escolaridade: 41% entre os que não têm educação formal, 46% entre os com ensino primário, 45% entre os com ensino secundário e 49% entre os com ensino pós-secundário.

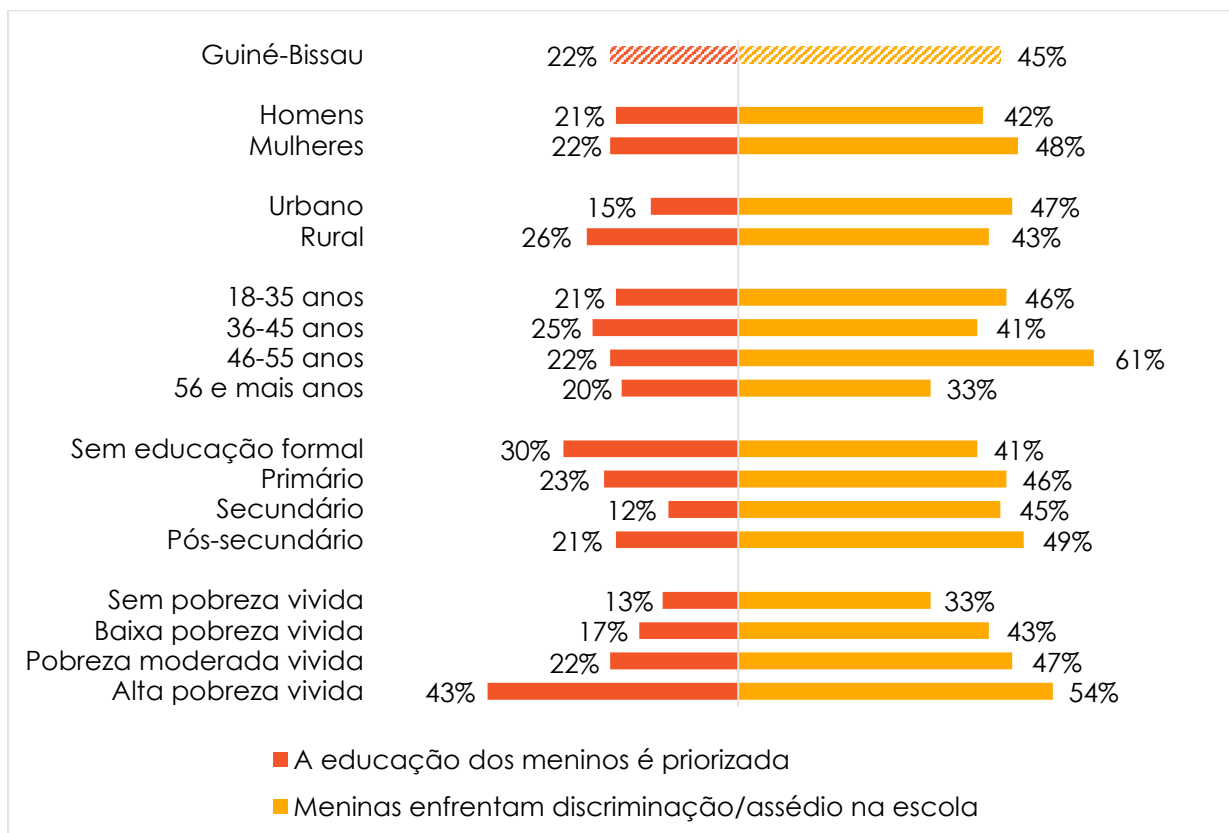
<sup>1</sup>O Índice de Pobreza Vivida (LPI) do Afrobarómetro mede os níveis de privação material dos inquiridos perguntando com que frequência eles ou as suas famílias ficaram sem bens essenciais (alimentos suficientes, água suficiente, cuidados médicos, combustível suficiente para cozinhar e rendimento em dinheiro) durante o ano anterior (Mattes & Lekalake, 2025).

**Figura 2: Discriminação e assédio na educação | Guiné-Bissau | 2025**



**Perguntas aos entrevistados:** Com que frequência as seguintes situações ocorrem na sua comunidade: As meninas são impedidas de frequentar a escola porque as suas famílias priorizam a educação dos rapazes? As alunas enfrentam discriminação, assédio ou pedidos de favores sexuais por parte dos seus professores?

**Figura 3: Discriminação e assédio na educação | por grupo demográfico | Guiné-Bissau | 2025**



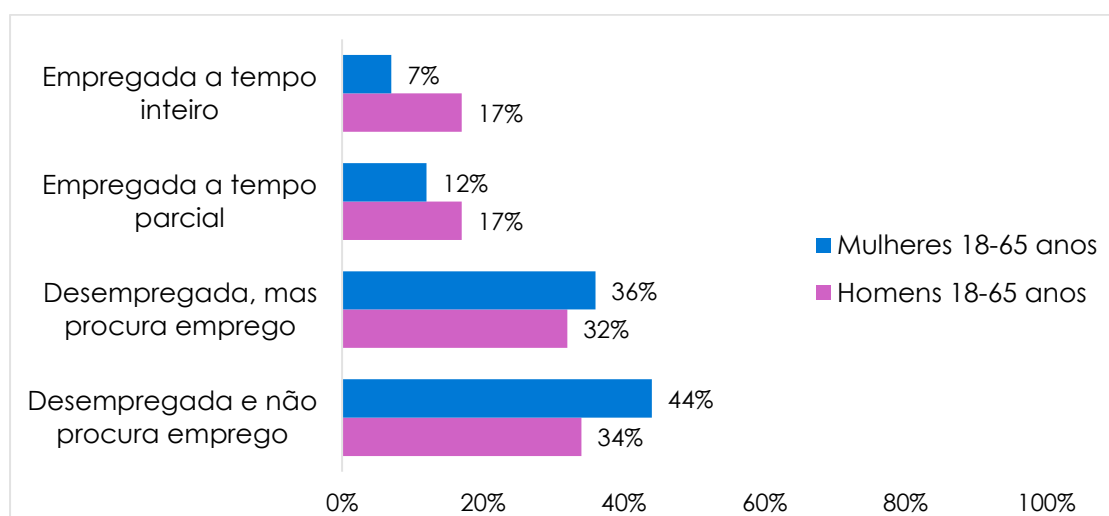
**Perguntas aos entrevistados:** Com que frequência ocorrem as seguintes situações na sua comunidade: Meninas são impedidas de frequentar a escola porque suas famílias priorizam a educação dos meninos? Estudantes do sexo feminino enfrentam discriminação, assédio ou pedidos de favores sexuais por parte de seus professores? (% que respondem "frequentemente" ou "sempre")

## Desigualdade de gênero: Emprego

Entre os adultos em idade ativa (18-65 anos), os homens guineenses têm maior probabilidade do que as mulheres de ter um emprego em tempo integral (17% vs. 7%) ou em tempo parcial (17% vs. 12%) (Figura 4). Como a proporção de desempregados (ou seja, aqueles que não têm emprego e estão à procura de um) é semelhante para ambos os gêneros (36% vs. 32%), a diferença no emprego deve-se àqueles que dizem não estar empregados nem procurando trabalho: 44% das mulheres vs. 34% dos homens.

Cerca de um sexto das mulheres em idade activa (17%) refere que a sua principal ocupação é ser dona de casa ou trabalhadora doméstica, incluindo 6% que dizem estar também à procura de emprego remunerado e 11% que não estão.

**Figura 4: Situação de emprego | 18 a 65 anos | por gênero | Guiné-Bissau | 2025**



**Perguntas aos entrevistados:** *Você tem um emprego que paga em dinheiro? [Se sim:] É em tempo integral ou parcial? [Se não:] Você está atualmente procurando um emprego?* (Respondentes com mais de 65 anos estão excluídos.)

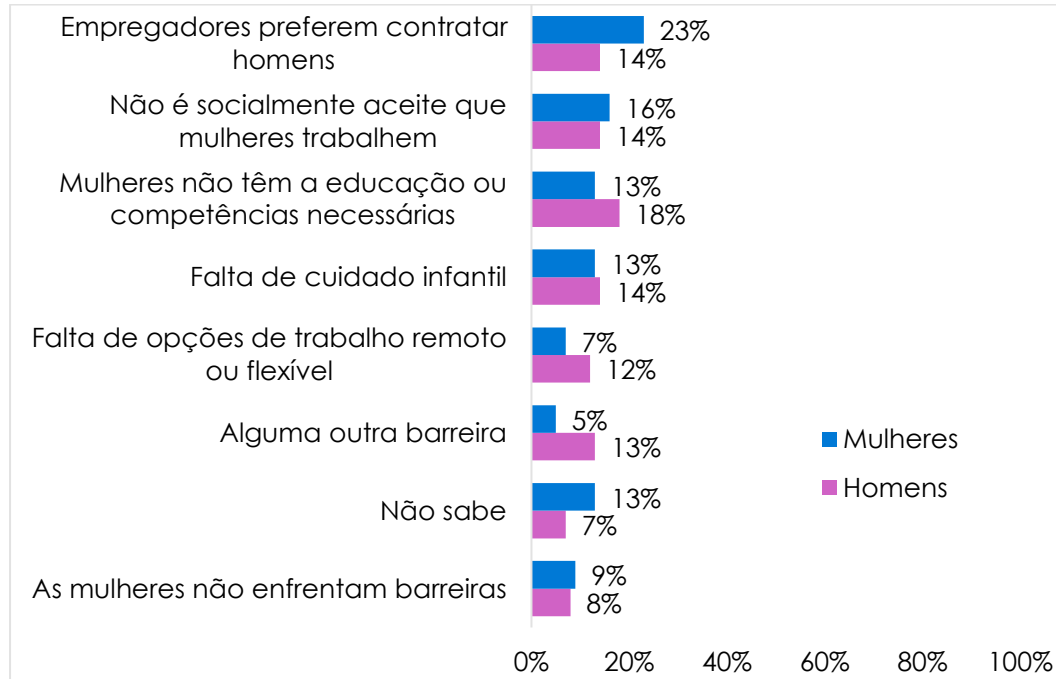
Quando questionados sobre o que veem como o principal obstáculo para que as mulheres ingressem e progridam no mercado de trabalho, quase todos os entrevistados mencionam algum tipo de barreira; apenas 9% dizem que as mulheres não enfrentam nenhum obstáculo. O tipo de barreira mais citada pelas mulheres é os empregadores preferem contratar homens (23%) (Figura 5). Um sexto de mulheres (16%) afirmam que não é socialmente aceito que mulheres tenham empregos, enquanto outras veem a falta de educação ou competências necessárias (13%), a falta de cuidados infantis (13%) ou a falta de opções de trabalho remoto ou flexível (7%) como a principal barreira.

Os homens têm opiniões muito semelhantes sobre as barreiras enfrentadas pelas mulheres, embora sejam 5 pontos percentuais mais propensos do que as mulheres a apontar a falta de educação ou competências como principal obstáculo (18% vs. 13%), 9 pontos menos propensos a citar a discriminação de gênero por parte dos empregadores e 5 pontos menos propensos a mencionar a falta de acordos de trabalho flexíveis ou em regime remoto.

Além disso, quando questionados sobre a frequência com que mulheres em sua comunidade são impedidas por maridos ou outros familiares de assumir empregos remunerados, cerca de um terço (35%) dos cidadãos dizem que isso acontece "frequentemente" ou "sempre" (Figura 6). Respondentes que vivenciam um alto nível de pobreza vivida (53%) são mais propensos a compartilhar essa visão do que aqueles com

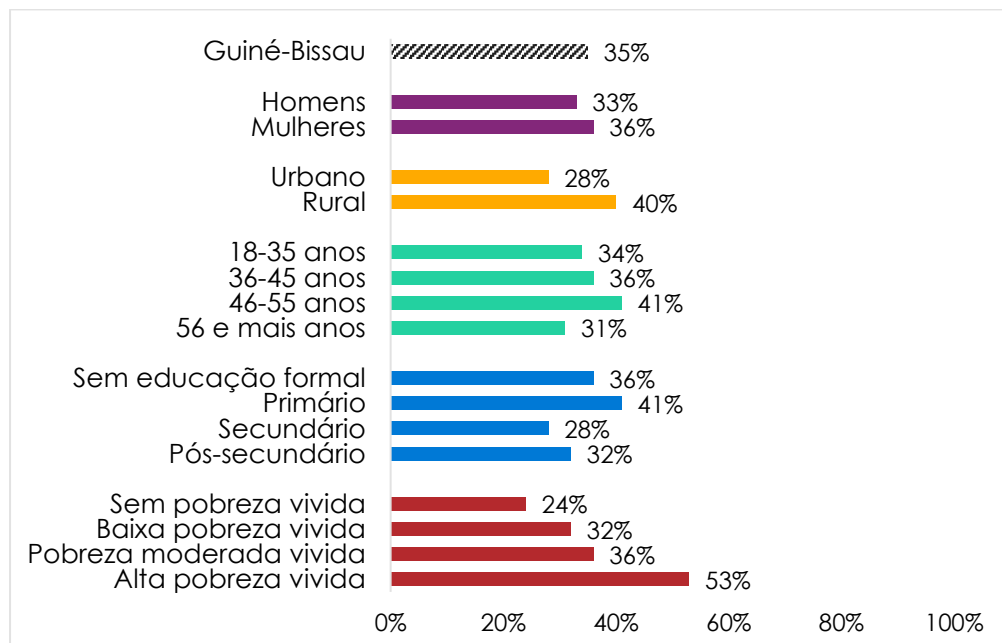
melhor situação econômica (24%-36%) e mais comum em áreas rurais (40%) do que nas cidades (28%).

**Figura 5: Principal barreira para o emprego e avanço das mulheres** | por gênero | Guiné-Bissau | 2025



**Pergunta aos entrevistados:** Na sua opinião, qual das seguintes opções é a principal barreira para que as mulheres ingressem e progridam no mercado de trabalho?

**Figura 6: Mulheres são impedidas de trabalhar por cônjuges/famílias** | por grupo demográfico | Guiné-Bissau | 2025



**Pergunta aos entrevistados:** Com que frequência ocorrem as seguintes situações na sua comunidade: Mulheres são impedidas por seus cônjuges ou outros familiares de assumir um emprego remunerado? (% que respondem "frequentemente" ou "sempre")

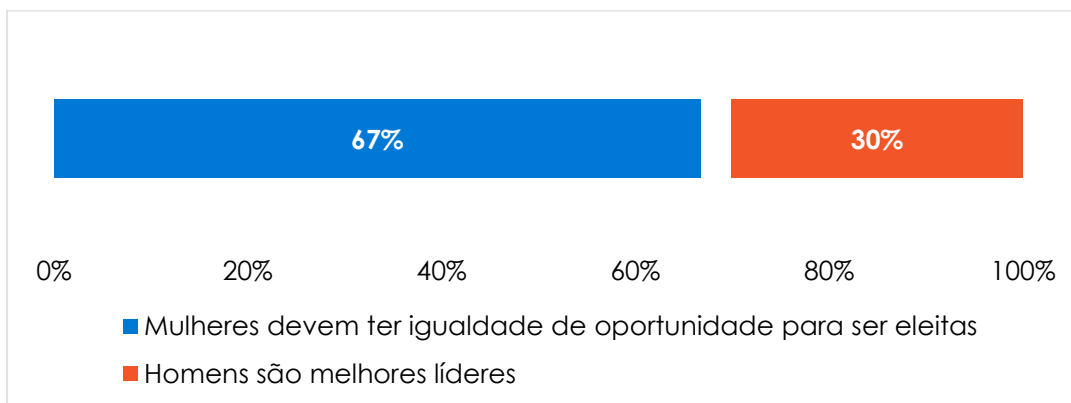
## Desigualdade de gênero: Liderança

Embora as mulheres representem cerca de metade da população da Guiné-Bissau, elas continuam significativamente sub-representadas na Assembleia Nacional Popular: apenas 9,8% dos 102 assentos parlamentares são ocupados por mulheres, muito abaixo da quota mínima de 36% estabelecida pela Lei de Paridade de 2018 (Statbase, 2024).

Cerca de dois terços (67%) dos cidadãos dizem que as mulheres devem ter a mesma chance que os homens de serem eleitas para cargos públicos (Figura 7). Três em 10 cidadãos (30%) dizem que os homens são melhores líderes e devem ter prioridade na urna.

### Figura 7: As mulheres devem ter oportunidades iguais de serem eleitas?

| Guiné-Bissau | 2025



**Pergunta aos entrevistados:** Qual das seguintes afirmações está mais próxima da sua opinião?

Afirmção 1: Homens são melhores líderes políticos do que mulheres e devem ser eleitos em vez das mulheres.

Afirmção 2: As mulheres devem ter a mesma chance de serem eleitas para cargos políticos que os homens.

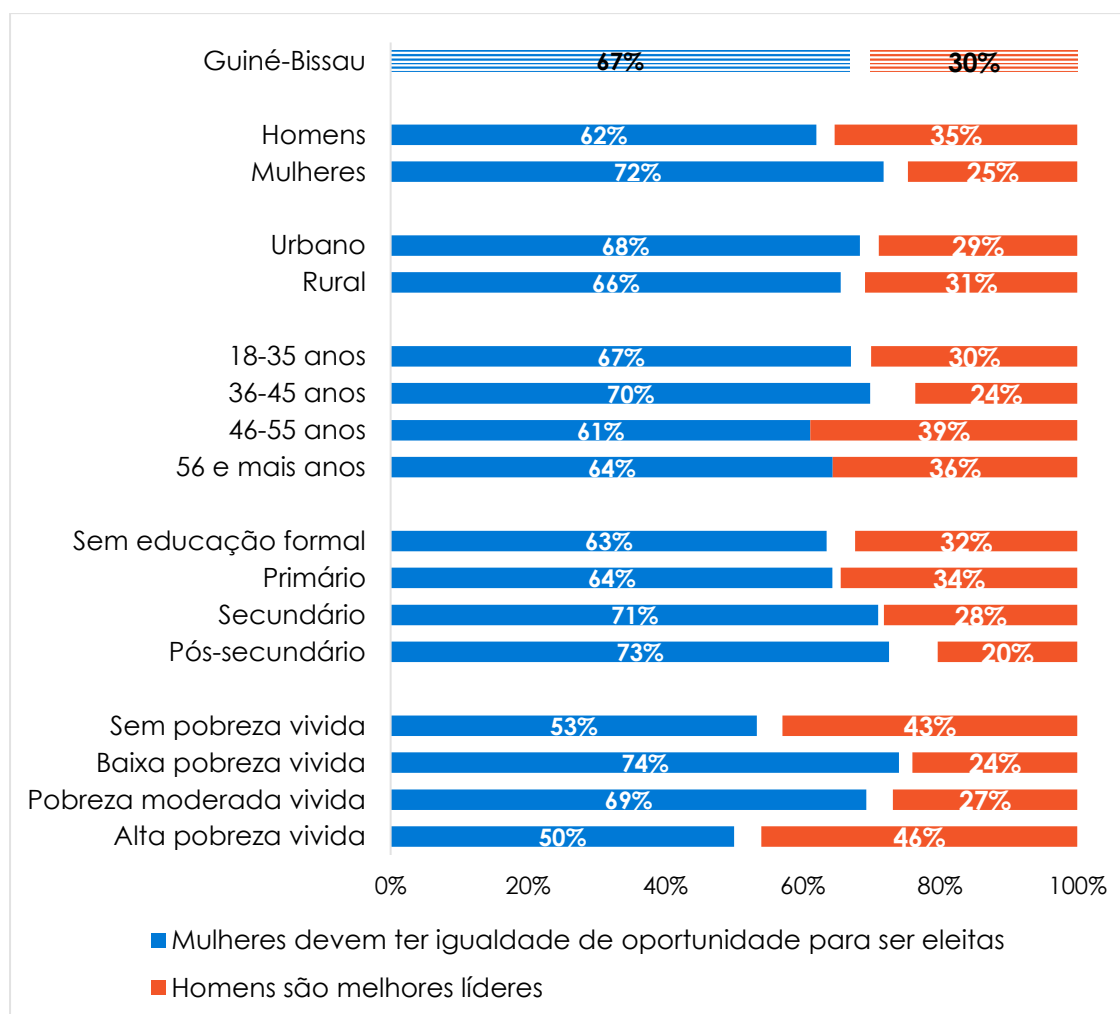
As mulheres têm 10 pontos percentuais mais probabilidades do que os homens de apoiar a neutralidade de gênero na liderança política (72% vs. 62%) (Figura 8). Uma lacuna semelhante separa os cidadãos sem educação formal (63%) e aqueles com qualificações pós-secundárias (73%). Os cidadãos idosos (61%-64%) são menos propensos a favorecer a igualdade de gênero na política do que os seus homólogos mais jovens (67%-70%).

---

Faça sua própria análise dos dados da Afrobarometer – sobre qualquer questão, para qualquer país e rodada de inquérito. É fácil e gratuito em [www.afrobarometer.org/online-data-analysis](http://www.afrobarometer.org/online-data-analysis).

---

**Figura 8: As mulheres devem ter oportunidades iguais de serem eleitas? | por grupo demográfico | Guiné-Bissau | 2025**



**Pergunta aos entrevistados:** Qual das seguintes afirmações está mais próxima da sua opinião?

Afirmação 1: Os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres e devem ser eleitos em vez delas.

Afirmação 2: As mulheres devem ter a mesma chance de serem eleitas para cargos políticos que os homens.

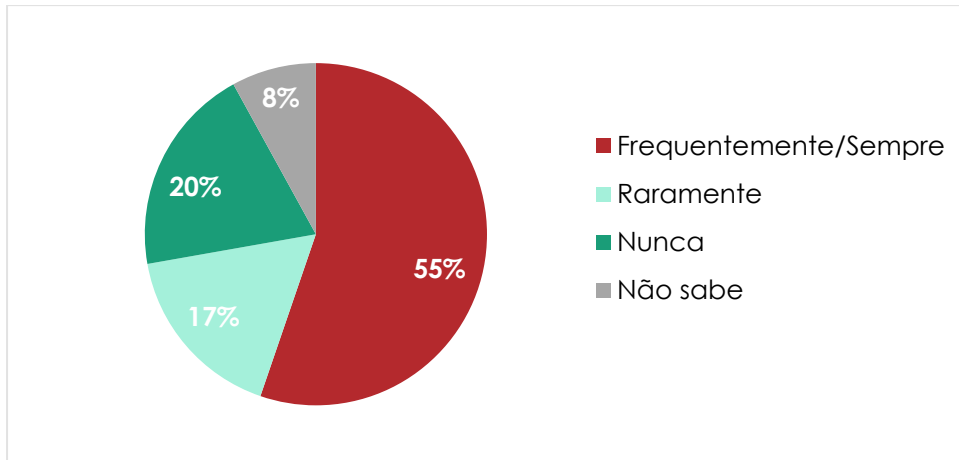
### Assédio sexual em espaços públicos

O assédio sexual pode ser prejudicial tanto psicológica quanto socialmente, representando uma ameaça significativa à segurança e ao bem-estar de mulheres e meninas (ONU Mulheres, 2020). Eliminar o assédio sexual é fundamental para garantir que mulheres e meninas possam participar plenamente da vida pública sem medo ou intimidação.

Um pouco mais da metade (55%) dos Guineenses dizem que as mulheres "frequentemente" ou "sempre" sofrem assédio sexual em espaços públicos, como mercados, ruas e transportes públicos (Figura 9). Por outro lado, 17% afirmam que isso ocorre "raramente," enquanto 20% dizem que "nunca" acontece.

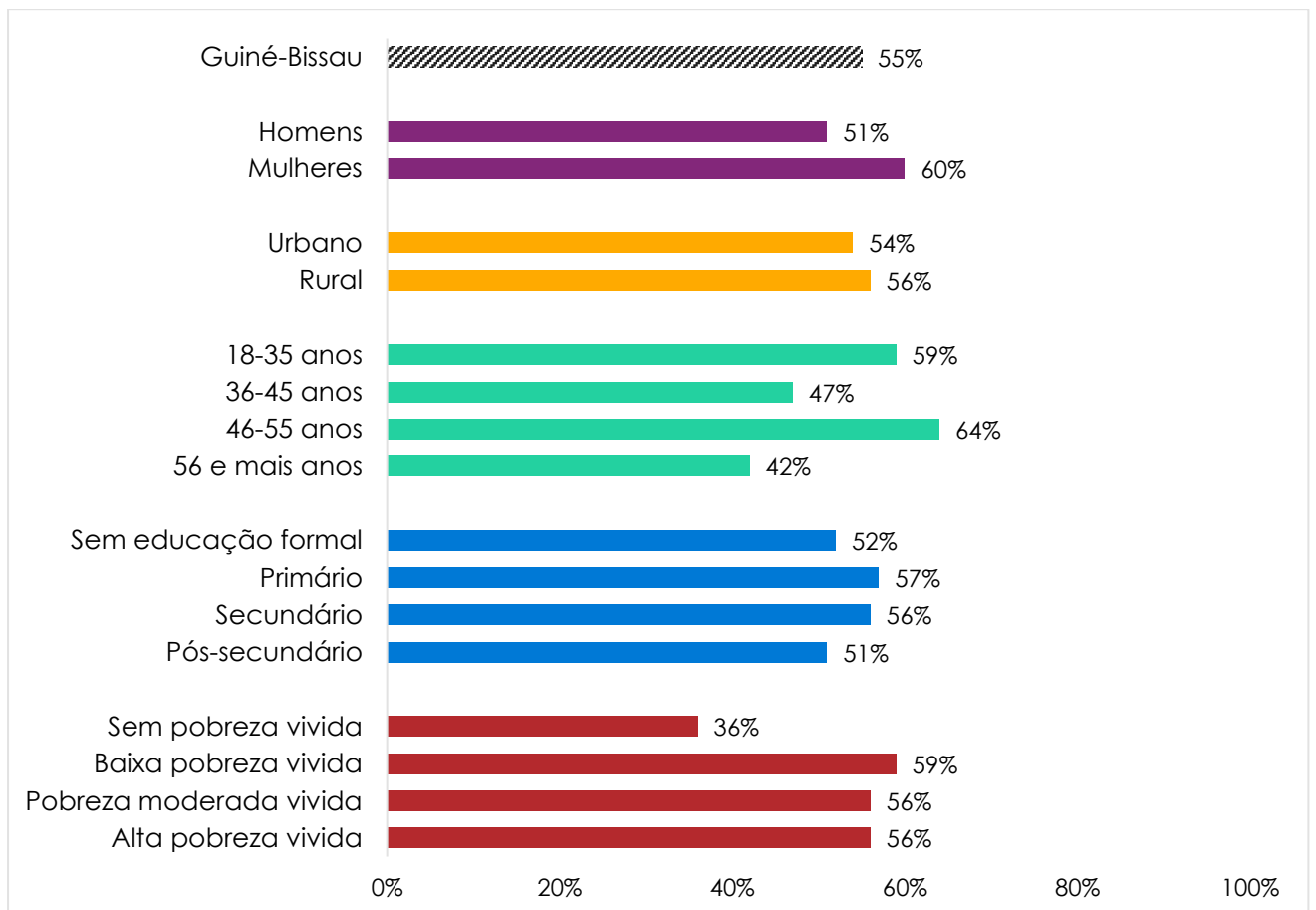
A percepção de assédio sexual generalizado é menos comum entre os respondentes mais favorecidos (36%) e mais frequente entre aqueles que enfrentam algum nível de pobreza vivida (56%-59%). As mulheres têm maior probabilidade do que os homens de afirmar que esse tipo de comportamento é comum (60% vs. 51%) (Figura 10).

**Figura 9: Com que frequência as mulheres sofrem assédio sexual em espaços públicos?** | Guiné-Bissau | 2025



**Pergunta aos entrevistados:** Com que frequência ocorrem as seguintes situações na sua comunidade: Mulheres sofrem assédio sexual em espaços públicos, como mercados, ruas ou transportes públicos?

**Figura 10: Assédio sexual de mulheres em espaços públicos** | por grupo demográfico | Guiné-Bissau | 2025

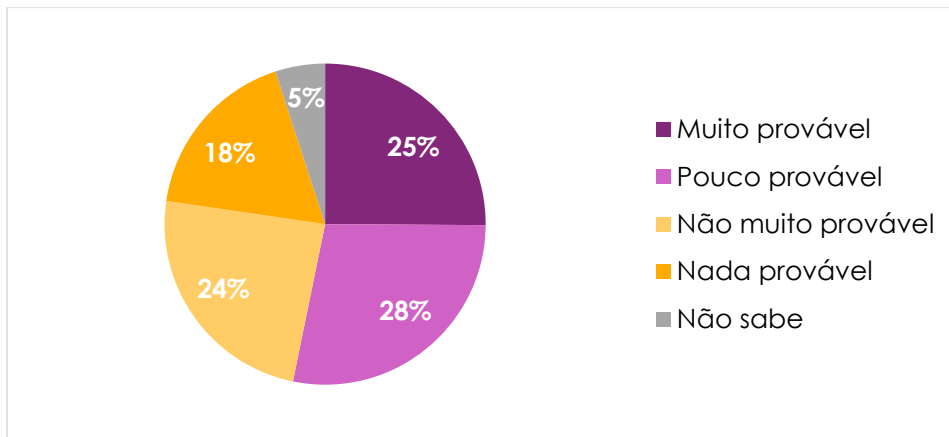


**Pergunta aos entrevistados:** Com que frequência ocorrem as seguintes situações na sua comunidade: Mulheres sofrem assédio sexual em espaços públicos, como mercados, ruas ou transportes públicos? (% que respondem "frequentemente" ou "sempre")

Se mulheres e meninas se queixarem de discriminação ou assédio em espaços públicos, como locais de trabalho e escolas, uma pequena maioria (52%)<sup>2</sup> dos cidadãos acredita que é “muito provável” ou “um pouco provável” que elas sejam levadas a sério (Figura 11). No entanto, cerca de quatro em cada 10 entrevistados (42%) não confiam que tais denúncias serão levadas a sério.

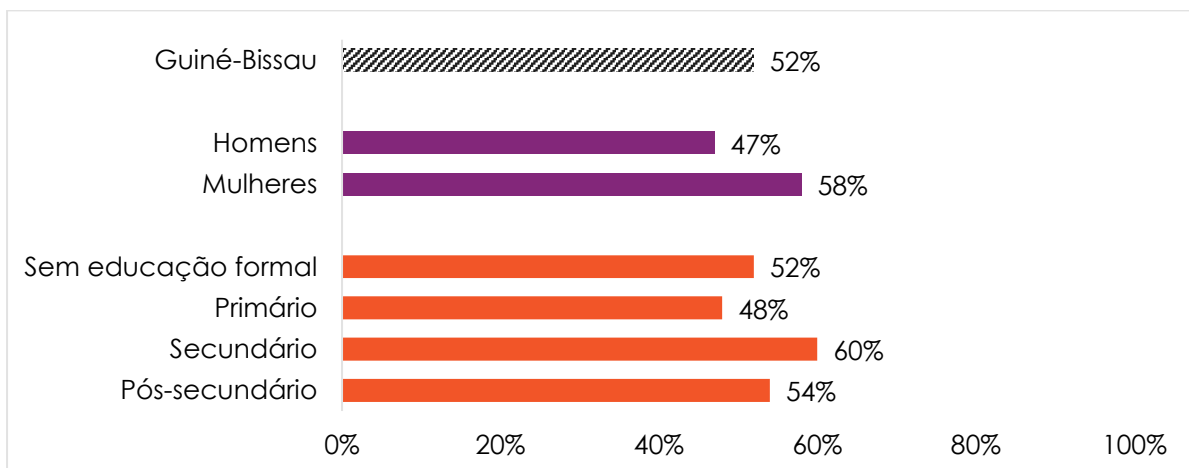
As mulheres têm mais probabilidade do que os homens de expressar confiança na credibilidade das mulheres perante a sociedade (58% vs. 47%) (Figura 12).

**Figura 11: As mulheres e meninas são levadas a sério quando denunciem discriminação ou assédio?** | Guiné-Bissau | 2025



**Pergunta aos entrevistados:** Na sua comunidade, quão provável é que as pessoas levem a sério mulheres ou meninas se elas se queixarem de discriminação ou assédio em escolas, locais de trabalho ou outros espaços públicos?

**Figura 12: Probabilidade de mulheres e meninas serem levadas a sério quando denunciem discriminação ou assédio** | por gênero e nível de escolaridade | Guiné-Bissau | 2025

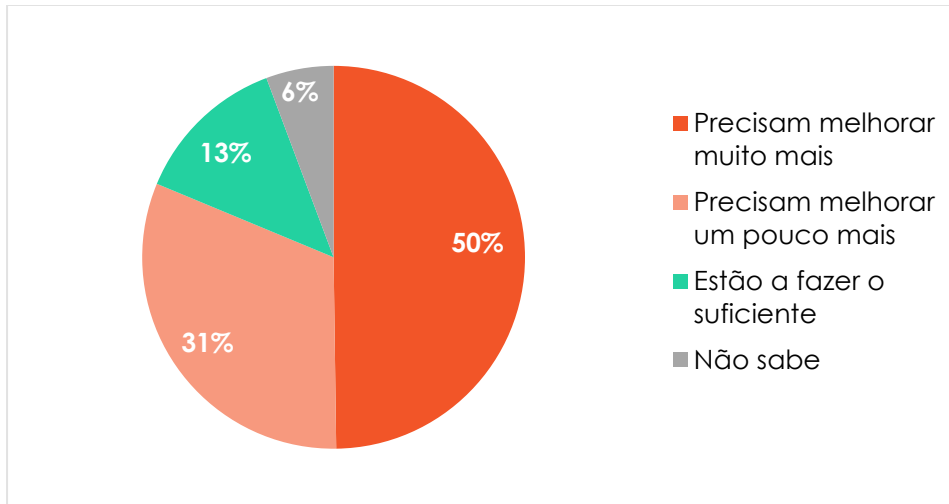


**Pergunta aos entrevistados:** Na sua comunidade, quão provável é que as pessoas levem a sério mulheres ou meninas se elas denunciarem discriminação ou assédio em escolas, locais de trabalho ou outros espaços públicos? (% que respondem “um pouco provável” ou “muito provável”)

<sup>2</sup> Devido ao arredondamento, as percentagens das categorias combinadas mencionadas no texto podem diferir ligeiramente da soma das subcategorias mostradas nas figuras (por exemplo, 25% “muito provável” e 28% “um pouco provável” somam 52%).

Embora ligeiramente mais da metade dos Guineenses perceba a discriminação de gênero e o assédio sexual como ocorrências frequentes, uma grande maioria (81%) acredita que a polícia e os tribunais precisam fazer mais para proteger mulheres e meninas contra essas ameaças, incluindo 50% que afirmam que precisam fazer “muito mais” (Figura 13).

**Figura 13: A polícia e os tribunais estão fazendo o suficiente para proteger mulheres e meninas?** | Guiné-Bissau | 2025



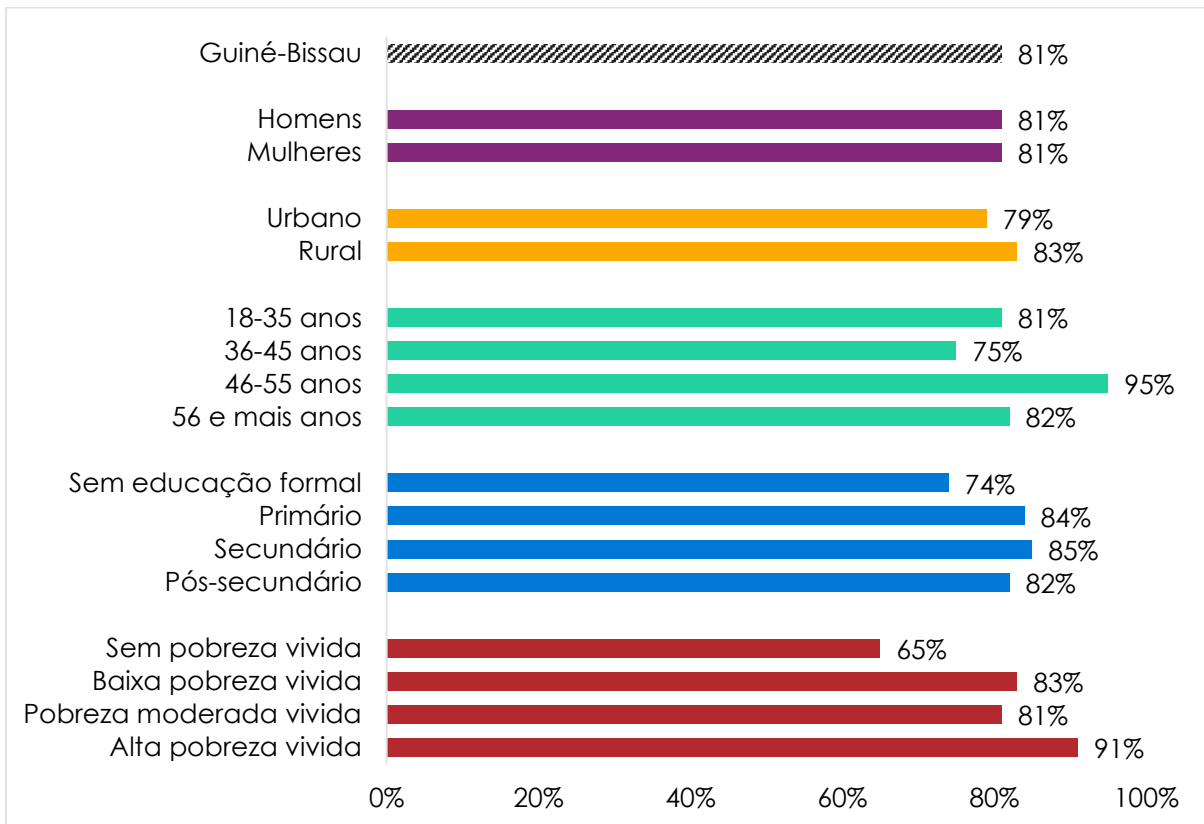
**Pergunta aos entrevistados:** *Você acha que a polícia e os tribunais deste país estão fazendo o suficiente para proteger mulheres e meninas da discriminação e do assédio em escolas, locais de trabalho e espaços públicos, ou precisam fazer mais?*

Apenas cerca de um em cada oitocidadãos (13%) diz que as autoridades estão “fazendo o suficiente” para proteger mulheres e meninas contra discriminação e assédio em espaços públicos, como escolas e locais de trabalho.

A percepção de que mulheres e meninas precisam de maior proteção aumenta com o nível de pobreza dos entrevistados, variando de cerca de dois terços (65%) entre os cidadãos mais favorecidos até nove em cada 10 entrevistados (91%) que enfrentam pobreza alta (Figura 14).

Embora mulheres e homens tenham opiniões idênticas, a preocupação com esforços insuficientes para proteger mulheres e meninas também aumenta com o nível de escolaridade dos cidadãos, passando de 74% entre aqueles sem escolaridade formal para mais de oito em cada 10 (82%-85%) entre aqueles com ensino fundamental ou superior.

**Figura 14: Polícia e tribunais precisam fazer mais para proteger mulheres e meninas**  
 | por grupo demográfico | Guiné-Bissau | 2025



**Pergunta aos entrevistados:** *Você acha que a polícia e os tribunais deste país estão fazendo o suficiente para proteger mulheres e meninas da discriminação e do assédio em escolas, locais de trabalho e espaços públicos, ou precisam fazer mais? (% que respondem "precisam fazer um pouco mais" ou "precisam fazer muito mais")*

### Conclusão

Os resultados da pesquisa destacam desigualdades persistentes que continuam a limitar o acesso das mulheres guineenses à educação, ao emprego e à segurança. Relatos de assédio em escolas e espaços públicos, juntamente com barreiras ao emprego, apontam para a influência duradoura de normas sociais prejudiciais e desigualdades estruturais.

Ao mesmo tempo, há um desejo público por mudanças. A maioria dos Guineenses afirma que a polícia e os tribunais devem fazer mais para proteger mulheres e meninas da discriminação e do assédio, e a maioria acredita que as mulheres devem ter acesso igual a cargos eletivos. Esses resultados sugerem uma oportunidade importante para formuladores de políticas, sociedade civil e atores de desenvolvimento investirem em reformas sensíveis ao gênero que transformem a preocupação pública em ações concretas.

## Referências

Banco Mundial. (2023a). Guinea-Bissau.

Banco Mundial. (2023b). Dados sobre género e inclusão económica.

Comissão Nacional de Eleições. (2023). Apresentação dos resultados por género: Eleições legislativas 2023.

Mattes, R., & Lekalake, R. (2025). Decade of destitution? Severe lived poverty is surging in many African countries. Afrobarometer Dispatch No. 943.

Nações Unidas. (2015). Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development.

ONU Mulheres. (2020). UNA-SE pelo fim da violência contra as mulheres 2020: colocar em destaque as causas e consequências da violência contra mulheres e meninas em sua diversidade no Brasil.

ONU Mulheres. (2022). Progress on the sustainable development goals: The gender snapshot 2022.

Statbase. (2024). Proportion of seats held by women in national parliaments | Guinea Bissau.

**Sueli Lopes Santy** é consultora estatística e investigadora no Instituto Guineense de Pesquisa Aplicada para o Desenvolvimento (IGPAD). E-mail: [santysueli@gmail.com](mailto:santysueli@gmail.com).

**Maame Akua Amoah Twum** é gestor de comunicações do Afrobarometer. E-mail: [maameakua@afrobarometer.org](mailto:maameakua@afrobarometer.org).

Afrobarometer, uma empresa sem fins lucrativos com sede no Gana, é uma rede de pesquisa pan-africana e apartidária. A coordenação regional dos Parceiros Nacionais em cerca de 40 países é assegurada pelo Ghana Center for Democratic Development (CDD-Ghana), pelo Institute for Justice and Reconciliation (IJR) da África do Sul, pelo Institute for Development Studies (IDS) da University of Nairobi no Kenya, e pelo Inovante Recherche en Economie et Gouvernance (IREG) no Benim. A Michigan State University, a University of Cape Town, e a University of Malawi prestam apoio técnico à rede.

O apoio financeiro ao Afrobarometer é fornecido pela Suécia através da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, pela Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento através do Projeto Think Africa do Banco Mundial, a Fundação Mo Ibrahim, a Open Society Foundations - Africa, a Luminare, a Fundação Ford, a Fundação William e Flora Hewlett, a Fundação Mastercard, a Fundação David e Lucile Packard, a Fundação Obama, a Fundação Rockefeller, a Comissão da União Europeia, o Grupo do Banco Mundial, o Population Institute, o Centre for International Governance Innovation, o International Development Research Centre, a Embaixada Real da Dinamarca em Uganda/Danida, a Embaixada do Reino dos Países Baixos no Uganda, e o Ministério Federal Alemão de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ) apoiado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

Os donativos ajudam o Afrobarometer a dar voz aos cidadãos africanos. Por favor, considere fazer um donativo para o Afrobarometer. Para fazer um donativo online, por favor siga esta ligação ou esta ligação. Para discutir o fundo institucional contacte o Felix Biga ([felixbiga@afrobarometer.org](mailto:felixbiga@afrobarometer.org)) ou a Runyararo Munetsi ([runyararo@afrobarometer.org](mailto:runyararo@afrobarometer.org)).

Para mais informações, por favor, visite [www.afrobarometer.org](http://www.afrobarometer.org).

Siga as nossas publicações em #VoicesAfrica.

